



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis 2021

Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região

**Porto Velho – RO
Março/2022**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

SUMÁRIO

I. INFORMAÇÕES GERAIS	4
II. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	5
A. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	5
B. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	5
III. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	10
A. BALANÇO PATRIMONIAL	10
B. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	12
C. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	14
D. BALANÇO FINANCEIRO	16
E. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	17
IV. NOTAS EXPLICATIVAS.....	18
A. BALANÇO PATRIMONIAL	18
NOTA 1 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E VALORES A RECEBER	18
NOTA 2 – ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	19
NOTA 3 – PASSIVO CIRCULANTE.....	19
NOTA 4 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE	19
NOTA 5 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20
B. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	20
NOTA 6 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	21
NOTA 7 –TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	21
NOTA 8 – VALORIZAÇÃO E GANHOS C/ ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS.....	21
NOTA 9 – PESSOAL E ENCARGOS, BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS, USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL, VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS, TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS, DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS E DESPESAS TRIBUTARIAS, CUSTO DE MERCADORIA E OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS.....	21
C. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	22
NOTA 11 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.....	23
NOTA 12 - EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR.....	24
D. BALANÇO FINANCEIRO	24



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

NOTA 13– RESULTADOS DO BALANÇO FINANCEIRO.....	24
NOTA 14.1 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS.....	25
NOTA 14.2 - RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	25
NOTA 14.3 PAGAMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS	25
E. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	25
NOTA 15 – INGRESSOS	25
NOTA 16 – DESEMBOLSOS	25
NOTA 17 – GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	26



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

I. INFORMAÇÕES GERAIS

O TRT14 - Tribunal Regional do Trabalho 14ª Região, órgão da administração direta do Poder Judiciário, com sede em Porto Velho e jurisdição nos Estados de Rondônia e Acre, foi criado pela Lei nº 7.523 de 17 de julho de 1986 (publicada no Diário Oficial da União em 18 de julho de 1986) e instalado em Sessão Solene realizada no dia 28 de novembro de 1986. O órgão possui como missão institucional realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, com celeridade e efetividade, promovendo a paz social e o fortalecimento da cidadania.

A sua jurisdição abrange todos os 52 (cinquenta e dois) municípios do Estado de Rondônia e todos os 22 (vinte e dois) municípios do Estado do Acre, totalizando 74 municípios, e, ainda, atende 15 (quinze) distritos, além de vilarejos e tribos indígenas, por meio das Varas Itinerantes. O TRT14 é composto por 32 (trinta e duas) Varas do Trabalho, sendo 23 (vinte e três) no Estado de Rondônia e 9 (nove) no Estado do Acre, com 4 (quatro) Fóruns Trabalhistas situados nas cidades de Porto Velho, Ariquemes e Ji-Paraná, no Estado de Rondônia, e 1 (um) Fórum Trabalhista na cidade de Rio Branco, no Estado do Acre.

As atividades do TRT14 são exercidas por servidores públicos, regidos pela Lei nº 8.112/1990. As contratações de bens, serviços e obras necessárias à manutenção e ao aperfeiçoamento das atividades jurisdicionais são realizadas em conformidade com os ditames da Lei 8.666/1993.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

II. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do TRT14 são elaboradas de acordo com as normas contábeis aplicadas ao setor público, especialmente, a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor público (NBC T SP 16), as normas e orientações emanadas do Órgão Central de Contabilidade da União, em especial, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP - 8ª Edição, e as demais orientações contidas no Manual SIAFI e nas mensagens emitidas pela Setorial Contábil CFIN/CSJT. Quanto aos orçamentos, são seguidas as Leis do Plano Plurianual - PPA, de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Orçamentária Anual - LOA.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

B. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da Justiça do Trabalho, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

- 1. Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional do TRT14 é o Real.

- 2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o direito de saque na Conta Única do Tesouro Nacional, conforme programação financeira executada junto a Secretaria do Tesouro Nacional.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

3. Créditos à curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos de 13º salário e férias de servidores. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo.

4. Estoques

Compreende o saldo dos bens de consumo estocados em almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante utilização das contas de ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

5. Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os créditos de direitos a receber a longo prazo. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que, quando existentes, são avaliados e mensurados da seguinte forma: (a) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (b) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

8. Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis e imóveis não cadastrados no SPIUNet

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis e imóveis não cadastrados no SpiuNet deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

9. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUNet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUNet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

10. Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações do TRT14 são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos (circulante e não circulante) apresentam a seguinte divisão: (I) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (II) empréstimos e financiamentos; (III) fornecedores e contas a pagar; (IV) obrigações fiscais; (V) obrigações de repartições a outros entes; (VI) provisões; e (VII) demais obrigações.

11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: (a) riscos trabalhistas; (b) riscos fiscais; (c) riscos cíveis; (d) repartição de créditos tributários; (e) provisões matemáticas; e (f) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

12. Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

13. Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial;

II. Orçamentário; e

III. Financeiro.

a) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o TRT14 e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o TRT14, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

b) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

c) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do TRT14.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

III. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		9.445.391,94	7.979.169,93
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	8.263.180,53	3.174.023,81
Créditos a Curto Prazo		814.505,39	4.371.920,62
Demais Créditos e Valores		814.505,39	4.371.920,62
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-
Estoques		367.706,02	433.225,50
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		84.215.014,07	76.918.759,95
Ativo Realizável a Longo Prazo		565.292,36	576.386,61
Créditos a Longo Prazo		565.292,36	576.386,61
Demais Créditos e Valores		565.292,36	576.386,61
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo			
Imobilizado	02	81.309.997,85	74.029.004,68
Bens Móveis		18.076.470,97	20.349.712,10
Bens Móveis		36.322.515,58	36.387.923,29
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-18.246.044,61	16.038.211,19
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-
Bens Imóveis		63.233.526,88	53.679.292,58
Bens Imóveis		63.980.741,09	54.410.152,75
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-747.214,21	-730.860,17
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-
Intangível		2.339.723,86	2.313.368,66
Softwares		2.339.723,86	2.313.368,66
Softwares		2.339.723,86	2.313.368,66
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-
TOTAL DO ATIVO		93.660.406,01	84.897.929,88



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE	03	1.733.975,57	76.335,43
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		1.592.230,13	73.871,47
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		5.068,82	948,96
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
Provisões a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		136.676,62	1.515,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	04	355.016,20	513.567,04
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		355.016,20	513.567,04
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		2.088.991,77	589.902,47
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
Patrimônio Social e Capital Social	05	0,00	-
Resultados Acumulados		91.571.414,24	84.308.027,41
Resultado do Exercício		10.713.654,14	3.179.427,05
Resultados de Exercícios Anteriores		84.308.027,41	80.362.214,87
Ajustes de Exercícios Anteriores		-3.450.267,31	766.385,49
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		91.571.414,24	84.308.027,41
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		93.660.406,01	84.897.929,88
Fonte: SIAFI			



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

B. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				
	NE	2021	2020	%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		527.097.650,25	410.987.745,59	28,25%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		5.877.851,79	4.354.119,18	35,00%
Impostos		-	-	
Taxas		5.877.851,79	4.354.119,18	35,00%
Contribuições		-	-	
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		166.149,54	192.738,62	-13,80%
Venda de Mercadorias		-	-	
Vendas de Produtos		-	-	
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		166.149,54	192.738,62	-13,80%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	06	34.525,31	16.998,41	103,11%
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-	
Juros e Encargos de Mora		1.916,64	1.500,29	27,75%
Variações Monetárias e Cambiais		32.608,67	15.498,12	110,40%
Transferências e Delegações Recebidas	07	509.247.869,98	404.343.072,34	25,94%
Transferências Intragovernamentais		507.313.807,73	397.184.974,34	27,73%
Transferências Intergovernamentais		1.934.062,25	7.158.098,00	-72,98%
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-	
Transferências de Pessoas Físicas		-	-	
Outras Transferências e Delegações Recebidas		-	-	
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	08	10.400.026,38	1.281.901,60	711,30%
Reavaliação de Ativos		10.326.022,04	-	
Ganhos com Alienação		-	-	
Ganhos com Incorporação de Ativos		7.381,80	-	
Ganhos com Desincorporação de Passivos		66.622,54	1.281.901,60	-94,80%
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		1.371.227,25	798.915,44	71,64%
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-	
Resultado Positivo de Participações		-	-	
Operações da Autoridade Monetária		-	-	
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-	
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.371.227,25	798.915,44	71,64%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

	NE	2021	2020	%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	09*	516.383.996,11	407.808.318,54	26,62%
Pessoal e Encargos		241.709.534,28	243.906.749,91	-0,90%
Remuneração a Pessoal		192.594.921,94	194.085.534,40	-0,77%
Encargos Patronais		39.135.391,19	39.619.067,65	-1,22%
Benefícios a Pessoal		9.979.221,15	10.202.147,86	-2,19%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-	
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		90.102.443,28	89.546.432,05	0,62%
Aposentadorias e Reformas		78.361.860,05	78.851.750,99	-0,62%
Pensões		10.594.633,60	9.559.055,27	10,83%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.145.949,63	1.135.625,79	0,91%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		24.614.871,34	30.349.989,47	-18,90%
Uso de Material de Consumo		273.085,48	311.300,52	-12,28%
Serviços		21.570.754,94	26.358.756,42	-18,16%
Depreciação, Amortização e Exaustão		2.771.030,92	3.679.932,53	-24,70%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	2.240,22	
Variações Monetárias e Cambiais		-	2.194,68	
Descontos Financeiros Concedidos		-	45,54	
Transferências e Delegações Concedidas		8.479.143,29	5.741.418,46	47,68%
Transferências Intragovernamentais		8.235.379,04	5.741.418,46	43,44%
Transferências Intergovernamentais		-	-	
Outras Transferências e Delegações Concedidas		243.764,25	-	
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		150.876.356,13	37.182.571,53	305,77%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		755.433,70	-	
Perdas com Alienação		-	-	
Perdas Involuntárias		-	78.631,82	
Incorporação de Passivos		149.330.777,79	36.971.568,61	303,91%
Desincorporação de Ativos		790.144,64	132.371,10	496,92%
Tributárias		118.605,47	156.490,11	-24,21%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-	
Contribuições		118.605,47	156.490,11	-24,21%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		483.042,32	922.426,79	-47,63%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		483.042,32	922.426,79	-47,63%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		10.713.654,14	3.179.427,05	236,97%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

C. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA							
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		SALDO	
RECEITAS CORRENTES		-	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
DEFICIT		-	-	506.824.007,37	506.824.007,37	506.824.007,37	506.824.007,37
TOTAL		-	-	506.824.007,37	506.824.007,37	506.824.007,37	506.824.007,37
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS							
SUPERAVIT FINANCEIRO			957.039,00			-957.039,00	-957.039,00
CRÉDITOS CANCELADOS			957.039,00				
DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE 10	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		368.001.523,00	366.958.562,00	506.017.050,53	502.152.942,55	502.086.183,06	-139.058.488,53
Pessoal e Encargos Sociais		324.269.896,00	330.401.611,00	470.255.747,61	468.979.351,36	468.965.461,39	-139.854.136,61
Outras Despesas Correntes		43.731.627,00	36.556.951,00	35.761.302,92	33.173.591,19	33.120.721,67	795.648,08
DESPESAS DE CAPITAL		1.680.359,00	3.680.359,00	806.956,84	735.455,96	735.455,96	2.873.402,16
Investimentos		1.680.359,00	3.680.359,00	806.956,84	735.455,96	735.455,96	2.873.402,16
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	-	-	-	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS		369.681.882,00	370.638.921,00	502.888.398,51	502.888.398,51	502.821.639,02	-136.185.086,37
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		369.681.882,00	370.638.921,00	502.888.398,51	502.888.398,51	502.821.639,02	-136.185.086,37
TOTAL		369.681.882,00	370.638.921,00	502.888.398,51	502.888.398,51	502.821.639,02	-136.185.086,37

Fonte: Siafi



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE 11	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31-DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		10.994,71	645.423,96	486.637,46	486.637,46	169.781,21	
Pessoal e Encargos Sociais		-					
Outras Despesas Correntes		10.994,71	645.423,96	486.637,46	486.637,46	169.781,21	
DESPESAS DE CAPITAL		-	16.099,24	16.099,24	16.099,24	-	
Investimentos		-	16.099,24	16.099,24	16.099,24	-	-
TOTAL		10.994,71	661.523,20	502.736,70	502.736,70	169.781,21	

Fonte: SIAFI

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE 12	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31-DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		-	14.991,43	14.991,42	-	-
Outras Despesas Correntes			14.991,43	14.991,42	-	-
DESPESAS DE CAPITAL			-	-	-	-
Investimentos			-	-	-	-
TOTAL		-	14.991,43	14.991,43	-	-

Fonte: SIAFI



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

D. BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
Receitas Orçamentárias		-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-
Transferências Financeiras Recebidas		507.313.807,73	397.184.974,34
Resultantes da Execução Orçamentária		506.889.062,26	396.812.435,98
Sub-repasse Recebido		506.889.062,26	396.812.435,98
Independentes da Execução Orçamentária		424.745,47	372.538,36
Transferências Recebidas para Pagamento de RP			
Demais Transferências Recebidas		200.999,20	181.830,16
Movimentação de Saldos Patrimoniais		223.746,27	190.708,20
Recebimentos Extraorçamentários	14.2	13.576.198,69	9.834.509,98
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		66.759,49	14.991,43
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		3.935.608,86	661.523,20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		222.445,17	230.462,52
Outros Recebimentos Extraorçamentários		9.351.385,17	8.927.532,83
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		0,00	1.255,84
Restituição a pagar		177,70	
Arrecadação de Outra Unidade		9.351.207,47	8.926.276,99
Saldo do Exercício Anterior		3.174.023,81	2.405.827,16
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.174.023,81	2.405.827,16
TOTAL		524.064.030,23	409.425.311,48
DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
Despesas Orçamentárias	14.3	506.824.007,37	399.187.733,88
Ordinárias		395.299.296,67	261.828.288,86
Vinculadas		111.524.710,70	137.359.445,02
Seguridade Social (Exceto Previdência)		24.603.116,49	9.722.830,44
Previdência Social (RPPS)		83.296.716,00	85.974.564,00
Dívida Pública		0,00	34.913.726,16
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		3.624.878,21	6.748.324,42
Transferências Financeiras Concedidas	14.1	8.235.379,04	5.741.418,46
Resultantes da Execução Orçamentária		531.916,08	185.343,80
Sub-repasse Devolvido		531.916,08	185.343,80
Independentes da Execução Orçamentária		7.703.462,96	5.556.074,66
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		0,00	88.457,29
Movimento de Saldos Patrimoniais		7.703.462,96	5.467.617,37
Pagamentos Extraorçamentários		741.463,29	1.322.135,33
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		14.991,42	13.426,68
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		502.736,70	1.078.246,13
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		222.445,17	230.462,52
Outros Pagamentos Extraorçamentários		1.290,00	-
Ordens Bancárias Sacadas- Cartão de Pagamento		1.290,00	
Saldo para o Exercício Seguinte	13	8.263.180,53	3.174.023,81
Caixa e Equivalentes de Caixa		8.263.180,53	3.174.023,81
TOTAL		524.064.030,23	409.425.311,48

Fonte: SIAFI



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

E. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

		2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE	5.840.711,92	2.266.797,82
INGRESSOS	15	516.887.638,07	406.341.713,85
Outros Ingressos Operacionais		516.887.638,07	406.341.713,85
Ingressos Extraorçamentários		222.445,17	230.462,52
Restituição à pagar		177,70	
Transferências Financeiras Recebidas		507.313.807,73	397.184.974,34
Arrecadação de Outra Unidade		9.351.207,47	8.926.276,99
Demais Recebimentos			
DESEMBOLSOS	16	511.046.926,15	404.074.916,03
Pessoal e Demais Despesas		465.072.523,59	359.903.316,99
Judiciário		228.733.484,17	236.666.598,33
Previdência Social		-88.926.685,41	-87.661.371,83
Encargos Especiais		147.411.064,01	-35.576.602,67
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-1.290,00	1.255,84
Transferências Concedidas		-37.516.578,35	-38.199.718,06
Intragovernamentais		-37.516.578,35	-38.199.718,06
Outros Desembolsos Operacionais		-8.457.824,21	-5.971.880,98
Dispêndios Extraorçamentários		-222.445,17	-230.462,52
Transferências Financeiras Concedidas		-8.235.379,04	-5.741.418,46
Valores Compensados			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-751.555,20	-1.498.601,17
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-751.555,20	-1.498.601,17
Aquisição de Ativo Não Circulante		-725.200,00	-1.459.260,01
Outros Desembolsos de Investimentos		-26.355,20	-39.341,16
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17	5.089.156,72	768.196,65
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		3.174.023,81	2.405.827,16
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		8.263.180,53	3.174.023,81



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

IV. NOTAS EXPLICATIVAS

A. BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 1 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E VALORES A RECEBER

O saldo de R\$ 8.263.180,531 (oito milhões, duzentos e sessenta e três mil e cento e oitenta e oito reais e cinquenta e três centavos) deste item corresponde a 87%, do montante de R\$ 9.445.391,94 (nove milhões quatrocentos e quarenta e cinco mil e trezentos e noventa e um reais e noventa e quatro centavos) do Ativo Circulante. O restante do valor é composto de valores a receber, como adiantamentos e diárias que devem ser devolvidas. Houve ainda outros créditos que foram lançados em dezembro de 2021 em função do adiantamento de férias de 2021 pagas em dezembro de 2021.

No Tribunal Regional do Trabalho 14ª Região, este item, em moeda nacional, corresponde ao direito de saque na Conta Única do Tesouro Nacional, conforme programação financeira executada junto à Secretaria do Tesouro Nacional.

Nas tabelas a seguir, visualiza-se sua composição:

Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Em R\$

CONTA CONTÁBIL	31/12/2021	31/12/2020	AH%
Limite de Saque com Vinculação de Pgto. - Ofss	8.263.180,53	3.174.023,81	160%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Houve um aumento do saldo em caixa conforme tabela 01 acima, em virtude da diminuição do gasto com as despesas correntes não obrigatórias em virtude da implantação do trabalho remoto para todos os servidores como forma de evitar a contaminação pelo novo Coronavírus (PANDEMIA). Várias despesas deixaram de ser executadas, tais como as decorrentes de viagens, diárias, auxílio transporte, água, energia elétrica, além da diminuição dos gastos com a manutenção das atividades laborais e com isso aumentando o saldo em caixa em 160% de 2021 em relação a 2020.

A Tabela 2 demonstra a classificação por fonte de recursos, além da evolução da conta limite de saque.

Tabela 2 – Limite de Saque por Fonte de Recursos

Em R\$

Fonte Recursos		DEZ/2021	DEZ/2020	AH %
00	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	6.378.106,95	1.826.362,11	249,22%
27	CUSTAS JUDICIAIS	891.932,29	531.916,08	67,68%
50	REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	757.581,98	618.976,55	22,39%
51	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	16.071,81	378,56	4145,51%
63	REC.PROP.DECOR.ALIEN.BENS E DIR.DO PATR.PUB.	51.300,00	51.300,00	0,00%
81	RECURSOS DE CONVENIOS	156.480,35	128.934,09	2,83%
TOTAL		8.251.473,38	3.157.867,39	160%

Fonte: SIAFI



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

NOTA 2 – ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade e representa aproximadamente 90,00% do Ativo Total pertencente ao TRT14. Os bens intangíveis constituem-se na propriedade imaterial, possuem valor econômico mas são desprovidos de substância física, como por exemplo: Licenças, Recursos Humanos, Software, Clientes, Patentes, Marcas, Direitos Autorais, Tecnologia, Know-How.

O Ativo Imobilizado teve um acréscimo de 9,84% especialmente em razão da reavaliação de bens imóveis, cujo valor total aumentou R\$ 9.554.234,30.

Nota-se uma variação positiva na depreciação acumulada dos bens imóveis de 13,77%, enquanto que os bens móveis uma redução de 0,18% conforme a tabela a seguir:

Tabela 3 – Bens Móveis e Depreciação Acumulada

Em R\$

CONTA CONTÁBIL	31/12/2021	31/12/2020	AH%
Bens Móveis	36.322.515,58	36.387.923,29	-0,18%
Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	18.246.044,61	16.038.211,19	13,77%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

NOTA 3 – PASSIVO CIRCULANTE

Houve um aumento do Passivo Circulante do Tribunal que foi de R\$ 76.335,43 para R\$ 1.733.75,57 em função da incorporação de passivos de pessoal referentes a exercícios anteriores, nas contas de obrigações trabalhistas, conforme orientação do CSJT, visando o reconhecimento de obrigações do Tribunal.

NOTA 4 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O item Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Longo Prazo refere-se aos Passivos de Pessoal no TRT14 oriundos de processos administrativos, cuja contabilização está sendo realizada desde 2015, tendo como base a nova contabilidade pública preconizada pela legislação recente, consubstanciada no PCASP, em observância ao Acórdão n.º 1485/2012 – TCU – Plenário e seguindo os critérios do Regulamento recebido através da mensagem CFIN/CSJT n.º 53/2015.

O reconhecimento administrativo, a apuração dos valores e o pagamento de despesas de exercícios anteriores – passivos – a magistrados e servidores no âmbito da Justiça do Trabalho seguem os critérios estabelecidos na Resolução CSJT n.º 137 de 30 de Maio de 2014.

Em 31/12/2021 o saldo das obrigações assumidas sem o respectivo crédito orçamentário foi de R\$ 355.016,204 (trezentos e cinquenta e cinco mil e dezesseis reais), que representa 17% de todo o passivo exigível. A seguir tabela com descrições detalhadas dessas obrigações:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

Tabela 4 – Obrigações trabalhistas e previdenciárias de curto prazo.

Em R\$

CONTA CONTÁBIL		DEZ/2021	DEZ/2020	AH %
211110300	PRECATORIOS DE PESSOAL	158.666,38	0,00	-
211110400	OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR	1.422.199,51	59.828,99	2377,11%
211310100	BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	0,00	14.042,47	0,00%
211410302	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES PREV. COMPL.	150,47	0,00	-
211420103	INSS-CONTRIB.S/SERVIÇOS DE TERCEIROS -INTRA	164,00	0,00	-
211420101	INSS-CONTRIB.S/SALARIOS E REMUNERACOES - INTRA	11.049,76	0,01	-
213110400	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	5.068,82	948,96	534,14%
218810105	IND. E REST. DE. AO TESOURO	2.182,82	0,00	-
218810127	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR DO SER.	174,27	0,00	-
218810128	DEPOSITOS RETIDOS DE FORNECEDORES	48.178,02	0,00	-
218911300	PRECATORIOS DE TERCEIROS	84.791,00	0,00	-
218913609	SAQUE -CARTAO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	225,00	216,00	104,17%
218910100	IND. E REST. COMPENSAÇÕES	792,86		-
218913610	FATURA - CARTAO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDER	0,00	1.299,00	0,00%
221110400	OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR	0,00	496.451,14	0,00%
221429800	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS	0,00	17.115,90	0,00%
TOTAL		1.733.642,91	515.082,04	336,58%

Fonte: SIAFI

NOTA 5 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Compreende o valor residual dos ativos deduzidos todos os passivos. O Patrimônio Líquido do Órgão totaliza R\$ 91.571.414,24 (noventa e um milhões quinhentos e setenta e um mil quatrocentos e quatorze reais e vinte e quatro centavos), constituído de Resultados Acumulados: do Exercício, de Exercícios Anteriores e de Ajustes de Exercícios Anteriores. A tabela a seguir apresenta cada valor dos itens que compõem o Patrimônio Líquido do TRT14:

Tabela 5 – Resultados Acumulados

Em R\$

Natureza do Passivo	31/12/2021	31/12/2020	AH%
Resultado do Exercício	10.713.654,14	3.179.427,05	236,97%
Resultado de Exercícios Anteriores	84.308.027,41	80.362.214,87	4,91%
Ajustes de Exercícios Anteriores	-3.450.267,31	766.385,49	-550,20%
TOTAL	91.571.414,24	84.308.027,41	8,62%

Fonte: SIAFI

B. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

NOTA 6 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS
FINANCEIRAS

Ao analisarmos as variações patrimoniais aumentativas observamos uma variação de 103,11% entre os exercícios 2020 e 2021. Tal variação decorreu do aumento da correção monetária incidente sobre o adiantamento de contribuições efetuado ao Fundo previdenciário do Servidor Público do Judiciário – FUNPRES-P-JUD.

NOTA 7 –TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

As transferências e delegações recebidas são advindas dos recursos transferidos pelo Tesouro Nacional para custear as despesas orçamentárias do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região conforme Lei Orçamentária Anual e apresentaram uma leve variação positiva em função do crescimento vegetativo da despesa do TRT da 14ª Região.

NOTA 8 – VALORIZAÇÃO E GANHOS C/ ATIVOS E
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

A principal variação de Ativos decorreu da reavaliação de bens imóveis, no montante de R\$ 10.326.022,04 cujos valores foram calculados por meio do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIU-Net

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

NOTA 9 – PESSOAL E ENCARGOS, BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS,
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL, VARIAÇÕES
PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS, TRANSFERÊNCIAS
E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS, DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE
ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS E DESPESAS
TRIBUTARIAS, CUSTO DE MERCADORIA E OUTRAS VARIAÇÕES
PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS.

As variações patrimoniais diminutivas relacionadas despesas de pessoal e encargos sociais, bem como a despesas com Benefícios Previdenciários e Assistenciais, permaneceram estáveis (alteração menor que 1%) entre os exercícios 2020 e 2021.

Em razão do aumento de servidores em home office, tivemos uma queda despesas (18,90%) com “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo” entre os exercícios 2020 e 2021.

A variação patrimonial decorrente da “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” teve um aumento significativo (305,77%) especialmente em razão da incorporação de passivos referentes a sentenças judiciais de outros Órgãos (precatórios e requisições de pequeno valor), que atingiram o montante de R\$ 147.712.297,68



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

Tabela 13- Resumo das Variações Patrimoniais.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2021	2020	AH
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	527.097.650,25	410.987.745,59	28,25%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.877.851,79	4.354.119,18	35,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	166.149,54	192.738,62	-13,80%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	34.525,31	16.998,41	103,11%
Transferências e Delegações Recebidas	509.247.869,98	404.343.072,34	25,94%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	10.400.026,38	1.281.901,60	711,30%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.371.227,25	798.915,44	71,64%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	516.383.996,11	407.808.318,54	26,62%
Pessoal e Encargos	241.709.534,28	243.906.749,91	-0,90%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	90.102.443,28	89.546.432,05	0,62%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	24.614.871,34	30.349.989,47	-18,90%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	2.240,22	-
Transferências e Delegações Concedidas	8.479.143,29	5.741.418,46	47,68%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	150.876.356,13	37.182.571,53	305,77%
Tributárias	118.605,47	156.490,11	-24,21%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	483.042,32	922.426,79	-47,63%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	10.713.654,14	3.179.427,05	236,97%

Fonte: SIAFI

C. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias sendo confrontado o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é composto pelos quadros:

Quadro Principal do Balanço Orçamentário;

Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados;

Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados

O total de despesas empenhadas é superior à dotação atualizada porque nesta não estão incluídas as provisões recebidas (R\$ 3.450.519,35) e os destaques recebidos (R\$ 144.071.530,00), conforme tabela a seguir:

GRUPO DA DESPESA	DOTACAO ATUALIZADA	PROVISAO RECEBIDA	DESTAQUE RECEBIDO	TOTAL	DESPESAS EMPENHADAS	% EMPENHADO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	330.401.611,00	3.404.939,68	143.986.739,00	477.793.289,68	470.255.747,61	98,00%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.556.951,00	45.579,67	84.791,00	36.687.321,67	35.761.302,92	97,00%
INVESTIMENTOS	3.680.359,00	-	-	3.680.359,00	806.956,84	22,00%
TOTAL	370.638.921,00	3.450.519,35	144.071.530,00	518.160.970,35	506.824.007,37	98,00%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

Considerando-se a relação entre Despesa Empenhada e Dotação Atualizada, pode-se observar que, em relação ao exercício anterior, em 2021 houve um aumento da dotação (1,47%) e uma redução das despesas empenhadas (0,81%). Apesar disso, o percentual empenhado (96,94%) demonstra a eficiência da execução, especialmente considerando o cenário adverso decorrente da pandemia do novo coronavírus.

Tabela 6 – Dotação Atualizada e Despesas Empenhadas

Em R\$

Grupo Despesa		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	RESERVA DE CONTINGENCIA	TOTAL
DOTACAO ATUALIZADA	2021	330.401.611,00	36.556.951,00	3.680.359,00	0,00	370.638.921,00
	2020	322.737.564,00	40.830.543,00	1.360.284,00	349.007,00	365.277.398,00
	2019	322.695.667,00	46.648.595,00	3.767.284,00	0,00	373.111.546,00
DESPESAS EMPENHADAS	2021	322.864.072,22	35.643.790,64	806.956,84	0,00	359.314.819,70
	2020	321.849.007,90	39.101.179,65	1.297.851,17	0,00	362.248.038,72
	2019	316.691.245,02	46.348.303,42	3.762.632,25	0,00	366.802.180,69

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Em relação às despesas empenhadas nos exercícios de 2021 e 2020, tem-se as seguintes considerações:

- 1) O Grupo 1 – A Despesa com Pessoal não apresentou variação significativa (inferior a 1%).
- 2) O Grupo 3 – Outras Despesas Correntes apresentou uma variação negativa de 8,84% resultado de ações da Administração decorrentes da pandemia no novo coronavírus.
- 3) O Grupo 4 – Investimentos apresentou uma variação negativa de 37,82% resultado de ações da Administração decorrentes da pandemia no novo coronavírus.

NOTA 11 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Verifica-se que nos três últimos exercícios houve uma constante redução dos saldos de restos a pagar, sendo que, no exercício 2021, todos os restos a pagar foram pagos ou cancelados.

Tabela 7 – Execução de Restos a Pagar Não Processados

RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS							
ANO EXECUÇÃO	INSCRITOS E REINSCRITOS	PAGOS		CANCELADOS		A PAGAR	
2021	672.517,91	502.736,70	74,75%	169.781,21	25,25%	0,00	0,00%
2020	1.196.491,62	1.078.246,13	90,12%	107.250,78	8,96%	10.994,71	0,92%
2019	2.577.778,44	2.288.261,32	88,77%	216.219,04	8,39%	73.298,08	2,84%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

**NOTA 12 - EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO
PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR**

No exercício 2021 não havia Restos a Pagar Não Processados Liquidados a Pagar de outros exercícios. Os Restos a Pagar Processados (R\$ 14.991,43) foram integralmente pagos ao longo do exercício 2021.

D. BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos e os dispêndios de recursos no exercício, sendo dividido em duas colunas, uma para os ingressos e outra para os dispêndios. As colunas são divididas em Receitas/Despesas Orçamentárias, Transferências Financeiras Recebidas/Concedidas e Recebimentos/Despesas Extraorçamentários, conforme o caso. Dentre os saldos de maior relevância, destacam-se os relacionados a seguir.

A partir da análise do Balanço Financeiro é possível extrair os resultados: Orçamentário, Financeiro, das Transferências Financeiras e da Movimentação Extraorçamentária.

NOTA 13- RESULTADOS DO BALANÇO FINANCEIRO

De acordo com o Balanço Financeiro, observa-se inexistência de receitas orçamentárias, pois o TRT14 não é agente arrecadador originário, ou seja, as despesas orçamentárias foram custeadas por meio de sub-repasses, cujos valores líquidos foram de 506.357.146,18 (em 2021) e de 396.627.092,18 (em 2020).

O aumento (27,73%) da Despesa Orçamentária decorreu do volume de Sentenças Judiciais (precatórios) de outros órgãos da União, que foi custeado por subrepasses recebidos dos respectivos entes.

Tabela 8 – Resultados

	Em R\$	
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	0,00	0,00
(-) Despesas Orçamentárias	506.824.007,37	399.187.733,88
Subtotal (Resultado Orçamentário)	-506.824.007,37	-399.187.733,88
Transferências Financeiras Recebidas	507.313.807,73	397.184.974,34
Transferências Financeiras Concedidas	8.235.379,04	5.741.418,46
Subtotal (Resultado das Transferências)	499.078.428,69	391.443.555,88
Recebimentos Extraorçamentários	13.576.198,69	9.834.509,98
Despesas Extraorçamentárias	741.463,29	1.322.135,33
Subtotal (Resultado Extraorçamentário)	12.834.735,40	8.512.374,65
Total	5.089.156,72	768.196,65

Saldo Caixa para o Exercício Seguinte	8.263.180,53	3.174.023,81
Saldo Caixa do Exercício Anterior	3.174.023,81	2.405.827,16
Total(Resultado Financeiro)	5.089.156,72	768.196,65

Fonte: SIAFI

Embora o resultado orçamentário tenha sido deficitário, tanto em 2020 quanto em 2021, os resultados das transferências financeiras e das movimentações extraorçamentárias foram superavitários, ou seja,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

houve ingressos de recursos que somados ao saldo inicial de caixa foram suficientes para cobertura de todas as despesas orçamentárias.

No exercício de 2021, houve um resultado financeiro positivo no valor de R\$ 5.089.156,72 (cinco milhões e oitenta e nove reais e cento e cinquenta e seis reais e setenta e dois centavos). Muito em virtude da redução das despesas do órgão com sua manutenção como serviços terceirizados, viagens, diárias e passagens.

NOTA 14.1 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS

As transferências financeiras concedidas referem-se à movimentação da conta Movimento de Saldos Patrimoniais, no valor de R\$ 8.235.379,04, sendo uma parte referente ao valor resultante da arrecadação de receitas do Tesouro Nacional com custas, emolumentos e outras taxas de natureza administrativa e indenizatórias. e o valor de R\$ 531.916,08 referente a devolução de recursos financeiros para regularizar o saldo da conta contábil 822230100, após a baixa do diferido. ao envio (cinco milhões, setecentos e quarenta e um mil, quatrocentos e dezoito reais e quarenta e seis centavos).

NOTA 14.2 - RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

Os recebimentos extraorçamentários foram no valor de R\$ 13.576.198,69 que é composto do valor inscrito em RAP processados e não processados (R\$ 66.759,49 e R\$ 3.935.608,86 respectivamente). Temos ainda o valor de R\$ 9.351.207,47 referente a entrada das receitas oriundas do saldo bancário dos depósitos judiciais nas contas no Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

NOTA 14.3 PAGAMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS

As despesas extra orçamentárias são compostas pelo pagamento de restos a pagar processados e, em sua maior parte, de restos a pagar não processados.

E. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período coberto pelas demonstrações contábeis (ou exercício financeiro), bem como o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

NOTA 15 – INGRESSOS

O total de ingressos dos fluxos das atividades de operações foi R\$ 516.887.638,07 (quinhentos e dezesseis milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, seiscentos e trinta e oito reais e sete centavos). Desse montante 98,15% teve como fonte geradora de caixa as transferências recebidas do Tesouro Nacional para suportarem as despesas liquidadas no exercício de 2021, R\$ 507.313.807,73 (quinhentos e sete milhões trezentos e treze mil, oitocentos e sete reais e setenta e três centavos).

NOTA 16 – DESEMBOLSOS

Os itens de consumo de caixa de valores mais representativos dos fluxos de caixa das atividades de operações, durante o exercício financeiro de 2021, compreendem:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

Judiciário: valores pagos no ano, relativos aos créditos autorizados no exercício e dos restos a pagar, não considerados os pagamentos das despesas com modalidade de aplicação 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

Previdência Social: valores pagos no ano, relativos aos créditos autorizados no exercício e dos restos a pagar da Ação relativa a pagamentos de Aposentadorias e Pensões Civis da União;

Encargos Especiais: valores pagos no ano decorrentes da execução de créditos descentralizados destinados ao custeio de sentenças judiciais (precatórios e sentenças de pequeno valor);

Transferências Concedidas (Intragovernamentais): valores pagos no ano, relativos aos créditos autorizados no exercício e dos restos a pagar, com modalidade de aplicação 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

NOTA 17 – GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA

A variação na geração líquida de caixa, que foi de 768.196,65 (2020) para 5.089.156,72 (2021) foi reflexo do menor gasto com as atividades correntes do Órgão em virtude da pandemia do novo coronavírus.